



5

*José Antonio Zamora*

**MOBILIZAÇÃO  
AUTORITÁRIA,  
POSFASCISMO  
E RELIGIÃO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-301-1.5

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é oferecer algumas chaves gerais de análise para abordar o tema da relação entre mobilização autoritária, pós-fascismo e religião. Essa será necessariamente uma abordagem muito geral. Se considerarmos que a mobilização autoritária e o crescimento dos partidos de extrema direita afetam todos os continentes, países e populações com contextos econômicos, sociais, políticos e religiosos muito diversos, fica claro que uma abordagem geral dificilmente fará justiça a essa diversidade. No campo da religião, também encontramos uma diversidade semelhante: desde a expansão dos movimentos neopentecostais na América Latina até o crescimento do fundamentalismo islâmico, desde o rearmamento do tradicionalismo católico na Europa e nos EUA até o hinduísmo fundamentalista na Índia. Qualquer tentativa de aplicar conceitos com uma origem histórica e geopolítica específica a contextos tão diferentes exigiria um esforço de concretização e singularização que requereria infinitas nuances. Por esse motivo, concentrarei minha reflexão nas chaves gerais que nos permitirão analisar uma diversidade de fenômenos e contextos com base nas semelhanças e analogias que podem ser observadas. Mas quero deixar claro desde o início: minha abordagem não pode e não pretende esconder o fato de que ela se baseia em um contexto fundamentalmente europeu. Portanto, ela terá limites inevitáveis.

Em primeiro lugar, farei uma breve referência a várias questões terminológicas, que não são meramente terminológicas. Na filosofia e nas ciências sociais, os debates conceituais desempenham um papel central. O que está em jogo não é apenas a relevância de certas abordagens teóricas e metodológicas para os objetos de pesquisa, mas também a compreensão das dimensões sociais e históricas reais que estão condensadas nos conceitos. A decisão por um termo ou outro é decisiva para dar conta de uma realidade

histórica. Ao mesmo tempo, essa realidade mutável traz novos significados aos conceitos e testa a abordagem teórica que lhes confere poder explicativo.

Em uma segunda parte, tentarei analisar uma diversidade de fenômenos que podem ser explorados sob o conceito geral de “mobilização autoritária”. Esses fenômenos, apesar de sua diversidade, apresentam certas afinidades eletivas tanto no nível dos discursos quanto nas formas de mobilização e organização política, do que poderíamos chamar estilos de fazer política, de instrumentalizar os processos psicodinâmicos que afetam os processos de subjetivação, e assim por diante.

Em terceiro lugar, tentarei mostrar como os elementos discursivos da religião são integrados à mobilização autoritária. Como tentar explicar uma diversidade tão grande de relações políticas e discursivas entre grupos religiosos e organizações extremistas de direita é impossível em um texto como este, limitar-me-ei a apontar os elementos de determinados discursos e práticas religiosas que os tornam atraentes para a mobilização autoritária e são a base para a colaboração e o apoio mútuo.

## 1. ESTRUTURA DE ANÁLISE: ESCLARECIMENTO CONCEITUAL

Até a década de 1980, a estrutura dominante para interpretar a relação entre modernidade e religião era determinada pelo conceito de “secularização”. Esse conceito estava ligado a uma expectativa sobre o destino da religião nas sociedades modernas que, por meio de um processo de privatização, levaria ao seu eclipse, se não total, pelo menos quase completo. Essa expectativa foi contrariada pelos fatos, pelo menos em seu caráter unidirecional e universal.

Isso levou primeiro a falar de modernidades no plural e de diferentes formas de presença pública da religião nelas. Em seguida, termos como “pós-secularização” foram cunhados para tentar explicar uma presença modificada da religião na esfera pública e estabelecer novos padrões de relação (Ruiz Andrés, 2022). Não vou entrar aqui em uma exposição dos debates em torno da tese da secularização. Em resumo, eu diria que ninguém hoje nega que os processos de modernização capitalista modificaram substancialmente os modos de presença pública da religião, mas também ninguém discute que essa modificação não levou ao seu eclipse ou desaparecimento.

Muitos dos teóricos sociais que estudam as religiões começaram a falar de “desprivatização” a partir da década de 1990 (Beyer, 1994; Casanova 2000, 2012; Kepel 2005). Esse conceito pretende explicar uma re-politização das religiões monoteístas que parece neutralizar o retrocesso experimentado pelas instituições religiosas na primeira metade do século XX - principalmente nas sociedades ocidentais e em sua esfera de influência. Setores importantes ou, pelo menos, muito ativos dentro dessas religiões promovem a re-inserção da religião no espaço público com o objetivo de influenciar um conjunto de questões políticas e morais que consideram relevantes. Isso, como veremos, tem uma dupla face. Movimentos e organizações especificamente religiosos com vínculos institucionais tomam voz no espaço público para defender suas posições em diferentes questões que afetam a comunidade política e, por outro lado, grupos de natureza política tentam competir no espaço público e em conflitos políticos e morais por uma representação de interesses de alcance geral com suposta inspiração religiosa.

Nesse contexto de “desprivatização”, a religião tem se tornado gradualmente e cada vez mais um componente-chave dos discursos populistas de direita em todo o mundo (Marzouki *et al.*, 2016). A fim de intensificar a política de identidade e mobilizar o apoio dos setores conservadores, os atores políticos populistas adotaram a linguagem religiosa e as referências ideológicas defendidas

pelos setores ultraconservadores e fundamentalistas de diferentes religiões. Isso ocorreu no hinduísmo e no budismo, bem como no islamismo e no cristianismo. A mobilização autoritária “descobriu” o potencial motivacional e galvanizador da religião. Por outro lado, grupos religiosos ultraconservadores reconheceram nos movimentos e partidos autoritários a possibilidade de transferir suas abordagens ideológicas e morais para o espaço político. Dessa forma, o populismo de direita e o fundamentalismo religioso se reforçam mutuamente. Sua aliança contribui para um reforço mútuo do qual ambos se beneficiam. No entanto, a relação entre as versões fundamentalistas da religião e o populismo de direita tem sido pouco explorada em pesquisas (Mudde, 2007: 296). Na última parte deste artigo, entrarei em mais detalhes sobre como essa confluência ocorre e quais são seus principais elementos. Gostaria apenas de enfatizar agora que é necessário ir além do que poderia ser considerado um uso funcional da religião, o que certamente não seria novidade na história política e religiosa, para abordar as afinidades eletivas entre as interpretações fundamentalistas da religião e o populismo de direita em um nível mais profundo.

Ao abordar a confluência à qual nos referimos, é possível adotar duas perspectivas que não são mutuamente excludentes. Poderíamos começar com uma análise das mutações pelas quais as religiões passaram nas últimas décadas e situar, dentro das diferentes tradições religiosas, o surgimento, o fortalecimento e a expansão de movimentos ultraconservadores e fundamentalistas. E, a partir daí, tentar esclarecer sua crescente politização como forma de combater o que esses movimentos interpretam como uma ameaça a suas concepções morais e seus modos de vida. Certamente, o ultraconservadorismo e o fundamentalismo religioso são movimentos reativos que respondem a mudanças sociais, políticas e culturais e, portanto, têm um componente político implícito desde o início. No entanto, o conflito vivido entre essas concepções e as transformações sociais, políticas e culturais em seus ambientes imediatos e remotos mudou

progressivamente a percepção da esfera pública e levou a descobrir essa esfera como um espaço para defender estilos de vida tradicionais contra o que eles veem como intrusão administrativa ou legal. Não se trata mais de defender os interesses das instituições religiosas, especificamente dos espaços e práticas religiosos, ou de garantir a liberdade de culto ou a liberdade religiosa, mas de introduzir na configuração das esferas seculares as próprias concepções de inspiração religiosa que afetam a vida social como um todo por meio da representação política.

A outra perspectiva para analisar a confluência, que será a que adotaremos aqui, é partir de uma análise da mobilização autoritária, de seus elementos discursivos, de suas ofertas de reinterpretação dos processos e conflitos sociais, das características formais reconhecíveis na construção de seus discursos etc. e, a partir daí, mostrar como as versões fundamentalistas da religião estão integradas. Essa perspectiva permite analisar o papel dessas concepções de religião dentro da mobilização autoritária e entender que as conexões não são meramente funcionais ou instrumentais, que uma crítica e uma superação do autoritarismo político não podem ser realizadas sem uma crítica e uma superação do fundamentalismo religioso, e que as raízes de ambos os fenômenos são comuns. Isso requer uma interpretação do pós-fascismo ou do populismo de direita como um passo preliminar e necessário para entender como o ultraconservadorismo e o fundamentalismo religioso estão integrados a ele. Para começar, entretanto, é útil esclarecer o que poderíamos chamar o debate conceitual.

Tanto nas ciências sociais quanto no discurso político, encontramos vários termos diferentes, como "extremismo de direita", "populismo de direita", "neonazismo", "neofascismo", "pós-fascismo", "extrema direita", "neoconservadorismo" etc. Há um caos de definições, métodos e terminologia. Isso se deve, em parte, ao fato de estarmos lidando com um objeto complexo e multifacetado, mas muitas vezes também à abordagem teórica, política ou mesmo ideológica

dos pesquisadores. Não apenas existem diferentes maneiras de nomear uma realidade, mas esses conceitos marcam diferenças epistemológicas e teórico-sociais que afetam a compreensão do fenômeno com o qual estamos lidando. Pode parecer uma questão acadêmica, mas a compreensão adequada de um fenômeno, desde seu nome até sua lógica interna, é fundamental para articular formas de resistência e organizar um confronto com suas consequências.

Os conceitos que incluem os termos “extremismo” ou “extremo” concentram a atenção em grupos extremistas de direita, até então minoritários, e em seu potencial de violência. E os assimilam a outros supostos extremismos (de esquerda). Dessa forma, uma ameaça que supostamente vem de fora e se opõe à ordem democrática é deslocada para as margens da sociedade (Backes 2007; Albertazzi/McDonnell, 2016). Essa ordem teria seu apoio social e político no centro, caracterizado pela moderação e pelo equilíbrio político. O conceito de extrema direita pode ser útil para rotular determinados grupos e práticas políticas, mas é inadequado para analisar os vínculos entre a ordem democrática capitalista e a dinâmica autoritária que emerge do centro da sociedade (O. Decker/Brähler, 2018; Salzborn, 2018). Encontramos essas mesmas limitações de forma ainda mais aguda nos conceitos de neofascismo e neonazismo, que até agora têm servido principalmente para identificar movimentos ou partidos políticos que reivindicam, nas sociedades democráticas do pós-guerra, a ideologia e os líderes dos regimes totalitários anteriores à Segunda Guerra Mundial (Caldiron, 2019). É verdade que esses grupos tiveram um crescimento significativo nos últimos anos, e houve uma contaminação retórica e uma presença ou ligação orgânica com partidos autoritários com representação no parlamento. Mas não está claro que as organizações neofascistas possam alcançar a hegemonia dentro do espectro autoritário e, se conseguirem, que possam impor um retorno geral ao fascismo histórico na sociedade como um todo. De qualquer forma, isso ainda não aconteceu.

Outro dos conceitos mencionados, o de populismo, longe de representar uma alternativa genuína aos anteriores, também apresenta limitações insuperáveis. Se levarmos em conta a contribuição de Stuart Hall (1980) sobre o conceito de “populismo autoritário” para caracterizar a conjuntura histórica do final da década de 1970 e o Thatcherismo como uma crise de hegemonia no declínio do fordismo, ou o trabalho de E. Laclau sobre hegemonia e populismo (2005), ambos os conceitos - populismo e hegemonia - tornaram-se inseparáveis na teoria social e na teoria da democracia. Isso sobrecarrega o conceito de populismo com as dificuldades teóricas do conceito de hegemonia e com a questão de sua adequação para analisar a atual situação histórica da profunda crise do sistema capitalista (e não apenas de um modo de regulação), bem como as ligações entre essa crise e a dinâmica autoritária. Além disso, quando o termo populismo é vinculado ao qualificador de autoritarismo, seu potencial analítico muda para o nível estratégico.

Uma maneira de superar as dificuldades inerentes ao termo neofascismo é usar o conceito de “pós-fascismo”. Como Enzo Traverso aponta, o debate sobre como chamar a nova direção sombria que hoje domina o mundo ainda está aberto, mas de alguma forma a questão do fascismo foi instalada na agenda contemporânea (2021). No entanto, sem esquecer as conexões com o fascismo clássico, o prefixo “pós” enfatiza as diferenças. Não há dúvida de que há um ar de família entre certos fenômenos atuais e o fascismo histórico. Mas também é inegável que há diferenças muito importantes que afetam o contexto econômico global, as instituições jurídico-políticas, as relações internacionais e a dinâmica geopolítica, e assim por diante. Para levar em conta as semelhanças e diferenças, Traverso interpreta o fascismo como um conceito trans-histórico (Traverso, 2019) que inclui analogias e diferenças. Para destacar algumas diferenças: o anticomunismo é transmutado em anti-imigração, o projeto utópico do “novo homem” em um anseio pelo passado idealizado, o antissemitismo em xenofobia ou islamofobia, as ambições imperiais

expansionistas em uma barreira contra supostas invasões, a construção de um estado totalitário baseado no terror em um republicanismo ultraconservador e autoritário que esvazia a democracia por dentro, a retórica pseudoanticapitalista em ultraliberalismo econômico etc. Independentemente de se tratar realmente de “mutações” ou de fenômenos de natureza diferente, se não oposta, é o próprio Traverso que acaba falando de “espectros do fascismo” (Traverso, 2016), o que não deixa de ser uma saída insatisfatória.

Outra estratégia para manter o termo fascismo é falar de um profascismo ou fascismo eterno (Eco, 2018), um conceito que permitiria a conservação do termo, embora em cada uma de suas manifestações algumas de suas características definidoras possam estar ausentes. Umberto Eco chega a apontar treze traços, muitos dos quais também são facilmente identificáveis no neoconservadorismo, no nacionalismo populista ou na extrema direita: 1) culto à tradição; 2) rejeição seletiva da modernidade capitalista; 3) culto à ação pela ação; 4) racismo; 5) enraizamento na frustração, especialmente das classes médias; 6) recusa à crítica; 7) nacionalismo; 8) mobilização de um sentimento nacional de humilhação contra seus inimigos; 9) guerra permanente e criação artificial de inimigos; 10) elitismo; 11) culto ao heroísmo e à morte; 12) sexismo e homofobia; 13) homogeneização do povo e sua unificação em torno de uma vontade comum (fenômeno de massa); 13) linguagem vulgar e pobre. Essas características claramente não fazem justiça à realidade do fascismo histórico (Wörsching, 2020). Em última análise, para que o debate sobre os termos não se torne um debate nominalista, ele deve estar associado a um esforço para desvendar a especificidade do fenômeno na conjuntura atual. Aqui pretendo destacar alguns aspectos que me parecem fundamentais, e para isso usarei o conceito de “mobilização autoritária”.

O termo “mobilização” permite considerar o autoritarismo como um fenômeno dinâmico, processual e aberto, que passa por conjunturas variáveis. Portanto, não se deve pensar nele como uma realidade estática. Sua versatilidade e adaptabilidade é uma

característica importante. Seu futuro também é aberto e será condicionado tanto por determinantes sistêmicos quanto pelo confronto social. Isso implica a ativação e a intensificação de certos elementos discursivos refletidos nos processos de construção da subjetividade e nos conflitos psicodinâmicos de indivíduos altamente socializados, bem como nos estados de opinião e em várias formas de politização de conflitos e contradições sociais. Envolve um conjunto amplo e diversificado de atores sociais e, portanto, não se limita a movimentos de extrema direita (nos quais os processos de politização de natureza autoritária que permeiam a sociedade como um todo se manifestam de forma aguda) e a uma pluralidade de elementos discursivos, a práticas sociais, cristalizações organizacionais e institucionais que incluem a mídia, as redes sociais, os grupos de pressão, os laboratórios de ideias, os partidos e as organizações sociais, que têm a capacidade de remodelar a agenda pública e contaminar amplas capas da sociedade e diferentes atores da cena política.

## 2. A MOBILIZAÇÃO AUTORITÁRIA E O PROCESSAMENTO “MITOLÓGICO” DA CRISE

Ainda que a crise sistêmica ou a multicrise que estamos vivenciando não possa ser identificada como “a” causa do extraordinário aumento do autoritarismo, ela certamente constitui a estrutura que hoje determina os processos e conflitos sociais aos quais a mobilização autoritária responde. Embora os potenciais autoritários, os elementos discursivos e as atitudes intolerantes, bem como uma certa articulação organizacional, estejam sempre presentes nas sociedades capitalistas modernas, as crises sistêmicas geram as condições que favorecem a “mobilização autoritária”.

Há muitos aspectos dessa mobilização que podem e merecem ser analisados, mas vou me concentrar em um que me parece particularmente relevante para entender a aliança com os fundamentalismos religiosos. Gostaria de enfatizar que essa mobilização produz e faz uso de uma mitologia que tenta reinterpretar, retrabalhar e enfrentar as crises atuais sem questionar ou transformar as estruturas sociais que as geraram. É isso que estou tentando expressar com o conceito de processamento “mitológico” da crise. O autoritarismo oferece uma maneira de lidar com a crise sistêmica, não no sentido de abordar suas raízes estruturais profundas, mas de reinterpretá-la por meio da produção de narrativas que reenquadram os conflitos sociais básicos em termos não sistêmicos. Isso possibilita administrar o mal-estar, os medos e a agressividade social que têm sua origem na crise, mas neutralizando seu potencial desestabilizador e canalizando-os para objetivos espúrios, desviando a atenção e o olhar socialmente construído e instrumentalizando o mal-estar para estabilizar as estruturas de dominação social (econômica, política, identitária) desestabilizadas pela crise.

Para realizar essa recodificação mitológica dos conflitos sociais básicos em termos não sistêmicos, a mobilização autoritária faz uso de uma série de discursos que constituem o arsenal da “moderna religião da vida cotidiana” (Claussen, 1993). O primeiro deles é a aceitação ou defesa aberta da desigualdade, que pode se basear no fato de pertencer ou não a uma determinada comunidade nacional, ou seja, pode ser de natureza étnica, mas também pode se basear em marcadores sociais de propriedade, emprego, consumo etc. e, cada vez mais, em diferenças de gênero naturalizadas. A segunda seria a defesa aberta de um darwinismo social que promove não apenas a competição individualista como um mecanismo para regular as relações sociais, mas também a prevalência do mais forte ou do mais bem-sucedido (Stiegler, 2018; Weinstein, 2018). Sob a lógica da evolução natural, a atenção aos mais fracos enfraquece o todo, ainda mais se eles forem vistos como estranhos ou forasteiros.

A terceira é o racismo e a xenofobia (Glanninger, 2009). Embora o racismo biológico não seja mais relevante, o mesmo não acontece com o racismo da diferença ou diferencialismo e novas formas de supremacismo (Balibar, 2008). O quarto é o apoio claro a formas autoritárias de governo. Em determinadas circunstâncias ou em geral, promove-se um estilo de governo linha-dura. Isso assume a forma de defesa ou apelo a uma figura política forte e uma redução no sistema de garantias legais, equilíbrio entre poderes e contra-poderes, controles institucionais ou cívicos das ações do governo etc. (Chamayou, 2018) A quinta característica é a trivialização e a minimização do autoritarismo e das formas ditatoriais de governo do passado e a rejeição da memória desse passado (Valencia-García, 2020). Outra das características mais significativas é o chauvinismo nacionalista. A promessa que acompanha permanentemente seu discurso, que se tornou uma bandeira política distintiva, é a de recuperar o orgulho nacional, restaurando a autoestima do povo (Eatwell & Goodwin, 2018). O sentimento de afronta nacional é promovido diretamente, ao mesmo tempo em que oferece o remédio político para a suposta humilhação: tornar a nação grande (novamente). Outro elemento a ser levado em conta é o retorno do direito penal autoritário na forma de populismo punitivo e políticas criminológicas de tolerância zero, que reforçam a criminalização da pobreza e desafiam os avanços de novos paradigmas de justiça, como a justiça restaurativa e vitimológica (Wang, 2018). Da mesma forma, o neo-autoritarismo transformou a luta contra o que ele chama de "ideologia de gênero" em sua própria bandeira. O sexismo e o anti-feminismo se tornaram um campo de confluência global entre diferentes forças conservadoras e autoritárias (Dietze & Roth, 2020). Por último, mas não menos importante, o neo-autoritarismo fez da luta contra o que ele chama de dissolução da autoridade pedagógica sua própria bandeira. O autoritarismo educacional tem manifestações menos óbvias, mas não menos sérias, nos imperativos neotecnocráticos de adaptação e nas formas de deslocamento indireto que

moldam as subjetividades e enfraquecem os sujeitos diante dos imperativos sistêmicos (Zamora, 2018). Naturalmente, essas características gerais apresentam variações e concretizações diferenciadas em diferentes países e contextos.


Como os membros do Instituto de Pesquisa Social já viram na década de 1940 em seus estudos sobre preconceito, esses elementos discursivos não podem ser tratados sem levar em conta o papel da ideologia na economia psíquica de indivíduos enfraquecidos por restrições e crises sistêmicas. Há uma afinidade entre certas ideologias e estruturas e dinâmicas psíquicas. O antissemitismo, o darwinismo social, o etnocentrismo ou a veneração do líder não são simplesmente construções discursivas, mas traduzem fortes necessidades emocionais em terminologia política. A análise psicodinâmica de indivíduos preconceituosos tornou possível mostrar semelhanças estruturais e entender a atração de discursos antissemitas, racistas, ultranacionalistas e autoritários: a interpretação maniqueísta do mundo, a exaltação do próprio grupo, a divisão do mundo em bom e ruim, superior e inferior, o desejo de identificar os inimigos, a legitimação da vingança e da violência, o desejo de simbiose e a limpeza do espaço interior por meio da eliminação do estranho ou da cisão, as fantasias de grandeza e do status de vítima e mártir, a construção de inimigos como perseguidores autoritários e fracos desprezíveis ao mesmo tempo, a visão catastrófica do mundo caracterizada pelo medo e pela desconfiança, que vê a destruição como um pré-requisito para o nascimento de um mundo ideal. A fórmula cunhada por Leo Löwenthal na década de 1940 e central para os estudos da Teoria Crítica sobre o autoritarismo, a da “revolta conformista”, continua válida. A mobilização autoritária articula um mal-estar e assume a aparência de protesto contra o establishment, mas, ao mesmo tempo, bloqueia a reflexão, a crítica e a práxis emancipatória a fim de manter as estruturas sociais existentes a qualquer custo. Ela age como uma “psicanálise invertida” que parasita e instrumentaliza os conflitos intrapsíquicos para reforçar a submissão (Zamora, 2022).

Os elementos discursivos dessa mobilização - racismo, sexismo, punitivismo, ultranacionalismo, etc. - por meio dos quais a natureza da crise é "recodificada" e "reinterpretada", são articulados em torno de três polos em tensão: o povo/nação/o próprio, a elite econômica/política/midiática (globalizada) e os estranhos: migrantes, minorias étnicas, inimigos políticos, islamitas, homossexuais etc. (Roepert, 2022). Esses três polos são construções semânticas do próprio discurso autoritário. O próprio/nação/povo, como era e deveria voltar a ser, é imaginado como uma comunidade étnica e culturalmente homogênea baseada na família nuclear heterossexual, organizada em um Estado-nação soberano e com uma economia próspera que inclui todos, uma economia saudável baseada em um esforço compartilhado para construir uma nação forte. Os termos em que essa comunidade orgânica naturalizada é definida revelam a tentativa de obter uma identificação inclusiva e, ao mesmo tempo, excludente: as pessoas "normais", o "cidadão médio", o "senso comum", os "trabalhadores honestos" ou a "maioria silenciosa." Qualquer indício de antagonismo e conflito de interesses dentro da comunidade se traduz em antagonismo com um "inimigo externo" ou "inimigo interno." É por isso que é essencial apresentá-la como um todo ameaçado e em perigo. Sua sobrevivência como uma comunidade étnica e quase biológica (cf. teoria da "grande substituição"), sua identidade cultural/nacional e sua soberania política estão ameaçadas. E essas ameaças têm autores identificáveis: as elites e os outros/estranhos.

Portanto, não se trata de identificar as causas estruturais daquilo que produz o mal-estar, mas de personificá-lo, de identificar os culpados: sejam eles certas elites (políticas) ou grupos específicos (imigrantes, muçulmanos, antissociais, criminosos, comunistas, ateus, o lobby gay). O objetivo é definir e apontar um inimigo sobre o qual descarregar a raiva e o ressentimento. Associada a essa escolha está uma promessa: se a invasão ou o poder dos outros/estranhos puder ser repellido e a elite maligna eliminada, a boa ordem que se pensava estar perdida poderá ser restaurada:

uma sociedade estável e sem crises, uma sociedade pacificada, na qual pessoas boas, honestas e trabalhadoras possam levar uma vida confortável e sem problemas. Nessa tradução tripartite de estruturas e dinâmicas sociais, os conflitos que elas geram e as ameaças que desencadeiam, a eliminação do inimigo interno ou externo é apresentada como a “solução (final)”. Essa é a conexão mais fundamental da mobilização autoritária com o fascismo histórico: o fato de ela abrigar em si um potencial de aniquilação que pode ser realizado a qualquer momento. A negociação de conflitos de interesses sociais é substituída pela eliminação do dano supostamente infligido à sociedade por um espírito maligno por meio da destruição do mal e de seus representantes. O ódio coletivo transformado em medo social é psicologicamente dependente de um “objeto” que pode se tornar primeiro um estranho, depois um inimigo e, finalmente, uma vítima.

Essa estrutura tripartite de relações sociais está associada a esquemas bem conhecidos de interpretação da realidade: dualismo amigo-inimigo, conspiracionismo, emocionalização, retorcimento e assim por diante (Butter, Night, 2020). A elite corrupta traiu e usurpou a soberania do povo/nação e age como o verdadeiro soberano nas sombras ou entrega essa soberania a poderes externos (econômicos, institucionais etc.). A política não é mais a expressão da vontade do povo ou a defesa de seus interesses. Assim, os seguidores estão preparados para a agressão sob a suposição de que se trata de um ataque preventivo baseado no direito à autodefesa. A construção conspiratória da ameaça à soberania nacional dispensa qualquer confronto com os fatos, pois se baseia no conhecimento de processos ocultos compartilhados pelo líder e seus seguidores, o que estabelece uma comunhão destinada a impedir a destruição do povo ou da nação. Isso explica a importância do renascimento nacional: restaurar o poder, a honra e o orgulho do povo, que foi enfraquecido, diminuído e manipulado. Sua vontade política foi sequestrada, seus interesses foram subordinados a interesses externos ou da elite.



As organizações políticas autoritárias e seus líderes se apresentam como a verdadeira voz desse povo minoritário, silenciado e manipulado por uma “classe política” separada do povo, que não é seu verdadeiro representante, mas o “soberano oculto” em um sistema “oligárquico”. Sua agenda oculta é a dissolução das nações, a igualação étnico-cultural e a destruição das tradições culturais e morais. Esses processos não são mais vistos como mudanças provocadas por transformações sociais estruturais, mas como um projeto de dominação elaborado e implementado pela elite, que há muito tempo vem impondo seus objetivos de doutrinação e realizando um “experimento ideológico” de engenharia social para reeducar o povo. Uma tradição imaginada é naturalizada, enquanto as mudanças históricas com pretensões emancipatórias são denunciadas como experimentos artificiais dirigidos pelos detentores do poder, como se o entrelaçamento da tradição com o poder nunca tivesse existido. Nessa concepção da elite, a mídia ocupa um capítulo especial: manipuladores, doutrinadores, censores de opiniões não politicamente corretas. O autoritarismo populista se apresenta como o defensor da verdadeira liberdade de opinião. Dessa forma, a crise da representação política, que tem uma base real na ampla subordinação do poder político às demandas sistêmicas da esfera econômica durante a era neoliberal, é revolvida. O discurso autoritário anti-elite não questiona essas exigências, mas se apresenta como um poder capaz de isentar sua comunidade nacional e apenas sua comunidade nacional dos efeitos dessas exigências.

Essa narrativa autoritária sobre as elites geralmente tem um caráter conspiratório paranoico (o lobby gay ou feminista, Soros e os especuladores, o islamismo): é transmitida a ideia de uma conspiração que opera nas sombras e tem mil cabeças, de modo que todas as manifestações se referem ao mesmo poder oculto, a fonte de todo o mal. Essa teoria da conspiração revela características associadas ao antissemitismo, que devem ser analisadas para entender a narrativa sobre as elites específica do autoritarismo populista. A ausência de

antissemitismo explícito no autoritarismo populista no Ocidente e seu foco no Islão levou alguns cientistas sociais a considerar que o inimigo muçulmano substituiu em grande parte o judeu dos antissemitas. Essa tese é problemática porque não reconhece as diferenças entre racismo e antissemitismo. Entretanto, a construção semântica “elite” mostra concomitantes com a projeção antissemita. É o que se conhece como “antissemitismo estrutural” (Maiso e Zamora, 2012): a personificação do dinheiro, da mídia e do poder político, a conversão de processos estruturais anônimos em confabulações lideradas por figuras poderosas, o contraste da sociedade (abstrata) e da comunidade (concreta), a simbolização da ambiguidade: dentro/fora, identificável/anônimo, próprio/estranho, assentado/desarraigado. As elites são “internas” e “externas” ao mesmo tempo: o “externo” dentro do “interno” ou o inimigo interno. É possível que certas constelações de crises sociais e psicodinâmicas criem a necessidade de um padrão de interpretação que tenha grandes semelhanças com o antissemitismo - uma necessidade à qual a oferta cultural, religiosa ou política adequada responde.

### 3. ALIANÇAS ENTRE O AUTORITARISMO POPULISTA E OS MOVIMENTOS RELIGIOSOS FUNDAMENTALISTAS E ULTRACONSERVADORES

As alianças entre o autoritarismo populista e certos movimentos ou setores religiosos fundamentalistas ou ultraconservadores constituem uma realidade que se estende por todo o mundo, mas que é particularmente evidente no Brasil. O que é significativo, entretanto, não é o fato de haver uma ligação entre políticos autoritários e líderes religiosos, mas a confluência que ocorre, por assim dizer, nas bases. Todas as formas de reavivamento fundamentalista em praticamente

todas as religiões têm um caráter reativo e defensivo diante de um ambiente que se tornou e é percebido como estranho, se não hostil, devido a processos sociais, políticos ou culturais incompreensíveis para um número significativo de seus seguidores. Essas transformações são percebidas como uma ameaça à sobrevivência da estrutura religiosa de seu próprio modo de vida. Os processos de modernização, pluralismo de visão de mundo, diversificação de estilos de vida e identidades etc. produzem um estresse de identidade específico que gera insegurança e desconforto. Os indivíduos têm a sensação de um declínio nas referências morais que regulam a vida cotidiana: relações de gênero, sexualidade, família, pertença à comunidade e vínculos de grupo. Mas esse sentimento de instabilidade e ansiedade tem uma origem dupla. E isso pode ajudar a entender as razões profundas da confluência entre a mobilização autoritária e o fundamentalismo religioso ou ultraconservadorismo. Minha tese é que ambos são respostas congruentes a uma experiência desestabilizadora de crise. Ambos parasitam essa experiência, ocultam suas raízes reais e a exploram para reforçar formas de dominação social ou religiosa baseadas na servidão voluntária.

Como vimos em relação à função psicodinâmica das construções discursivas da mobilização autoritária, o enfraquecimento dos indivíduos tem uma origem social, ou seja, é provocado por exigências sistêmicas e pela dinâmica da crise que gera desamparo e impotência. A experiência de crise e desestabilização exige uma estrutura interpretativa, uma narrativa capaz de fornecer orientação. Em situações de crise, os sentimentos de desamparo e medo, as necessidades de proteção e harmonia simbiótica e também os desejos de rebelião, liberação sexual, expansão agressiva e vingança se tornam virulentos. Entretanto, uma interpretação dessa experiência que aborde as raízes sistêmicas da crise econômica, social, política e ecológica está em desvantagem em relação ao processamento "mitológico" oferecido pelas construções discursivas do autoritarismo. Uma interpretação que pretenda levar em conta a complexidade


sistêmica e exija dos indivíduos atomizados e enfraquecidos um compromisso com a transformação estrutural da sociedade é uma sobrecarga e um estresse adicional que aumenta a sensação de impotência e a angústia associada. A ideologia e a política autoritárias respondem às necessidades derivadas da vida e das experiências históricas de limitação, violência e agravo por meio de mecanismos muito mais poderosos, como a cisão, a projeção e a identificação. Esses são os mecanismos que a mobilização autoritária usa para capturar os indivíduos.

No caso dos movimentos ou setores religiosos fundamentalistas ou ultraconservadores, a experiência de enfraquecimento causada por restrições e crises sistêmicas é combinada com as transformações do universo religioso no contexto da modernização social e cultural. São as transformações da religião que provocam a reação dos fundamentalistas, pois foram essas transformações que fizeram com que ela perdesse o caráter de morada protetora que possuía ou poderia possuir. Sua defesa radical da verdade religiosa é, ao mesmo tempo, a defesa de um universo simbólico que vinha oferecendo segurança e abrigo e que eles veem sacudido por dentro. Os imaginários, as visões de mundo e as filosofias cotidianas que fazem a mediação entre o “pequeno mundo” do próprio horizonte experiencial no trabalho, na família e no círculo de amigos, por um lado, e o “grande mundo” dos conflitos políticos e dos acontecimentos históricos, por outro, perdem sua eficácia. A mediação entre os dois “mundos” torna-se precária e difícil. Nesse contexto, o fundamentalismo e o ultraconservadorismo religioso parecem ter recursos narrativos, organizacionais e motivacionais à sua disposição para compensar o rompimento do vínculo entre esses dois mundos. Quais são esses recursos?

Em primeiro lugar, a restauração de uma autoridade protetora e orientadora incorporada nos textos religiosos, no grupo de fiéis ou no líder da comunidade. Desde a voz estrondosa desse líder nas reuniões da comunidade até a interpretação literal dos textos

religiosos fundadores como verdade inquestionável, passando pelos modos de integração do grupo, tudo deve reforçar a sensação de estar nas mãos de um poder à prova de choque. O eu enfraquecido precisa se identificar com a autoridade e o coletivo. Os movimentos religiosos neoconservadores e fundamentalistas compensam o sentimento de fraqueza e fragilidade dos indivíduos socializados ao promover uma forte identificação com uma forma de autoridade que não tem falhas, que incorpora um poder onipotente e permite que esses indivíduos interpretem sua fraqueza como força ou, pelo menos, atenuem seu desamparo.

Em segundo lugar, a absolutização da própria pretensão de verdade religiosa reforça os laços de pertença e, ao mesmo tempo, leva à demonização daqueles que não creem ou pensam de forma diferente. Por um lado, as comunidades fundamentalistas cultivam uma forma de pertença baseada em uma identificação quase completa com o próprio grupo, o que leva a um enfraquecimento da autonomia em favor de uma dissolução na comunidade, alimentada por um desejo de harmonia e homogeneidade. O delírio comunitário e a pressão por homogeneidade e conformidade não são exclusivos dessas comunidades, mas desempenham um papel central nelas. Por outro lado, a identificação com seu próprio grupo implica um dualismo entre o próprio eu e o estranho. Outras crenças, religiões e modos de vida são categorizados como "outros", "estranhos" e, se necessário, como "inimigos". Essas desvalorizações e rejeições essenciais de outras crenças e pessoas estão fortemente representadas nos movimentos fundamentalistas e, muitas vezes, são misturadas com escárnio e desprezo por pessoas consideradas incômodas. Atitudes hostis em relação a princípios, modos de vida e máximas diferentes das próprias proporcionam oportunidades subliminares para o antissemitismo e o racismo antimuçulmano - como "rejeição" de modos de crer supostamente "errados" - bem como para a homofobia e o antifeminismo - como "rejeição" de modos de viver supostamente "errados".



Em terceiro lugar, a substituição das determinações abstratas às quais os indivíduos estão sujeitos em suas vidas diárias por disposições, atitudes e comportamentos individuais de natureza moral. Todas as religiões estabelecem critérios morais que colocam o indivíduo no primeiro plano de uma interpelação religiosa. Mas isso traz o perigo de uma redução individualista e espiritualista dos processos nos quais as pessoas estão envolvidas. Tudo é feito para depender de mudanças internas e pessoais. As contradições sistêmicas e as tendências de crise são transformadas em um confronto entre o "normal", o "bom", o "natural", por um lado, e sua antítese negativa: o "anormal", o "degenerado", o "antinatural". Isso possibilita derivar processos abstratos e contraditórios de transformação social de ações supostamente conscientes e malévolas de indivíduos ou grupos. Dessa forma, produz-se uma imensa redução da complexidade e simplifica-se a relação indivíduo-sociedade. A sociedade não existe, existem os indivíduos e as famílias. O ambiente familiar, as relações próximas, o compromisso com certos valores supostamente religiosos que afetam a moralidade sexual, a boa conduta na vida cotidiana, a responsabilidade para com o semelhante e para com os próximos ocupam o lugar central. A família tradicional, como uma comunidade quase autossuficiente de solidariedade, deve absorver todas as dificuldades sociais que a assolam e, apesar de todos os cuidados pessoais, educar seus filhos acima de tudo para que estejam prontos para o desempenho. Dessa forma, os movimentos neoconservadores e fundamentalistas liberam seus seguidores do confronto crítico com as determinações estruturais e sociais de suas vidas individuais e constroem um universo moral dualista.

Em quarto lugar, os movimentos religiosos fundamentalistas e neoconservadores apresentam uma forte inclinação para o providencialismo e a interpretação de todos os eventos individuais e coletivos em um futuro controlado pela vontade de Deus. Essa interpretação dos eventos cotidianos e históricos como sendo governados por um poder invisível, reconhecível apenas para os iniciados,

compensa a crescente impenetrabilidade das estruturas e dinâmicas sociais que determinam a existência dos indivíduos. Isso não apenas parece dar sentido ao que acontece conosco, mas também favorece a adaptação ao que é dado como destino nas mãos de quem “puxa as cordas” de nossas vidas. Esse providencialismo se baseia em uma série de convicções que coincidem em grande parte com as teorias da conspiração, com as quais têm analogias óbvias: as aparências enganam, nada acontece por acaso, os eventos seguem um plano oculto, os eventos respondem a um confronto entre poderes em luta em segundo plano.

Esses elementos discursivos dos movimentos religiosos fundamentalistas e neoconservadores são particularmente atraentes para a mobilização autoritária. Portanto, não é de surpreender que a religião tenha se tornado um componente essencial dos discursos da extrema direita e do populismo autoritário. Isso deu origem a uma série de populismos religiosos definidos pelas principais religiões do mundo. Os populismos religiosos contribuem para criar, adaptar e estabilizar (meta)divisões de acordo com a dicotomia populista do “nós” contra os “outros”. Eles também ajudam na demonização de uma “elite” que busca destruir a ordem natural da comunidade (nacional), que é cada vez mais definida em termos de uma civilização de matriz religiosa (Huntington, 1993). Outro elemento que atrai a mobilização autoritária é o tipo de construção da liderança religiosa nos movimentos fundamentalistas e o tipo de autoridade que eles exercem. O líder e a comunidade estabelecem fortes vínculos emocionais e um suposto modo de comunicação baseado na identificação não mediada. As chaves de codificação do conflito (social) em termos de confronto entre o “normal”, o “bom”, o “natural”, por um lado, e o “anormal”, o “degenerado”, o “antinatural”, por outro, favorecem o processamento “mitológico” de crise sistêmica que é realizado pela mobilização autoritária. A dissolução das estruturas sociais em atitudes e comportamentos individuais reforça as estratégias de personalização dos processos e dinâmicas sociais que encontramos nos discursos autoritários.

Se eu estiver certo, a instrumentalização funcional da religião na mobilização autoritária não pode ser interpretada como mera manipulação externa. O ultraconservadorismo e o fundamentalismo religioso reagem a experiências de crise de maneira análoga a essa mobilização. É por isso que eles precisam ser combatidos juntos.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTAZZI, D. – McDonnell, D. (2016): **Populist in Power**. London, New York: Routledge.
- BACKES, U. (2007): Meaning and Forms of Political Extremism in Past and Present. **Central European Political Studies Review** 9:4, 242-262.
- BALIBAR, E. (2008): Racism Revisited: Sources, Relevance, and Aporias of a Modern Concept. **Publications of the Modern Language Association**, Vol. 123, No. 5, pp. 1630-1639.
- BEYER, P. (1994): **Religion and Globalization**. London: SAGE.
- BUTTER, M. - Knight, P. (2020): **Routledge Handbook of Conspiracy Theories**. New York: Routledge.
- CALDIRON, G. (2019) Non è populismo è fascismo del terzo millennio. **MicroMega**, Nº. 2.
- CASANOVA, J. (2000): **Religiones públicas en un mundo moderno**. Madrid: PPC.
- CASANOVA, J. (2012): **Genealogías de la secularización**. Barcelona: Anthropos.
- CHAMAYOU, G. (2018): **La société ingouvernable. Une généalogie du libéralisme autoritaire**. Paris: La Fabrique Éditions.
- CLAUSSEN, D. (1993): Die missglückte Säkularisierung: über Xenophobie, Antisemitismus und Nationalismus als Bestandteile einer modernen Alltagsreligion. **Widerspruch: Beiträge zu sozialistischer Politik**, 13, 5-14.
- DECKER, O. – Brähler, E. (2018): **Flucht ins Autoritäre. Rechtsextreme Dynamiken in der Mitte der Gesellschaft**. Gießen: Psychosozial-Verlag.
- DIETZE, G. – Roth, J. (eds.) (2020): **Right-Wing Populism and Gender**. European Perspectives and Beyond. Bielefeld: transcrip.

EATWELL, R. – Goodwin, M. (2018): **National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy**. London: Pelican Books.

ECO, U. (2018): **O Fascismo Eterno**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.

GLANNINGER, P. (2009): **Rassismus und Rechtsextremismus. Rassistische Argumentationsmuster und ihre historischen Entwicklungslinien**. Frankfurt a.M.: Peter Lang.

HALL, St. (1980): Popular Democratic vs. Authoritarian Populism: Two Ways of Taking Democracy Seriously. **Marxism and Democracy**, 157-185.

HUNTINGTON, S. P. (1993): The Clash of Civilizations? **Foreign Affairs**, Vol. 72, No. 3, 22-49.

KEPEL, G. (2005): **La revancha de Dios**. Madrid: Alianza.

LACLAU, E. (2005): **La Razón Populista** (1ª ed.). Buenos Aires y México: Fondo de Cultura Económica.

MAISO, J. – Zamora, J.A. (2012): Teoría Crítica del Antisemitismo. Constelaciones. **Revista de Teoría Crítica**, 4, 133-177.

MARZOUKI, N. – McDonnell – Roy, O. (2016): **Saving the People: How Populists Hijack Religion**. Oxford: Oxford University Press.

MUDEDE, C. (2007): **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press.

ROEPERT, L. (2022): **Die konformistische Revolte. Zur Mythologie des Rechtspopulismus**. Bielefeld: transcript.

RUIZ ANDRÉS, R. (2022): La postsecularización. Un nuevo paradigma en sociología de la religión. **Política y Sociedad**, 59(1), 72876.

SALZBORN, S. (2018): **Rechtsextremismus. Erscheinungsformen und Erklärungsansätze**, 3ª ed. ampli. y actual. Baden-Baden: Nomos.

STIEGLER, B (2018): **Il faut s'adapter»**: Sur un **nouvel impératif politique**. Paris: Gallimard.

TRAVERSO, E. (2016): Espectros del fascismo: pensar las derechas radicales en el siglo XXI. **Pasajes** 50, 4-20.

TRAVERSO, E. (2021): **Las nuevas caras de la derecha**. Buenos Aires: Siglo XXI.

TRAVERSO, E. (2019): Posfascismo. Fascismo como concepto transhistórico. **Viento Sur** 166, 76-83.

TRAVERSO, E. (2022): El posfacismo en ascenso. **Jacobin**, 10.04.22.

VALENCIA-GARCÍA, L. D. (ed.) (2020). **Far-right revisionism and the end of history: alt / histories**. New York: Routledge/Taylor & Francis Group.

WANG, J. (2018): **Carceral Capitalism**. Cambridge, Mass.: MIT-Press

WEINSTEIN, M. (2018): Pensar el totalitarismo neoliberal. Seis tesis sobre el totalitarismo, **Conselaciones. Revista de Teoría Crítica**, v. 10, p. 74-115.

WÖRSCHING, M. (2020): **Faschismustheorien. Überblick und Einführung**. Stuttgart: Schmetterling Verlag.

ZAMORA, J. A. (2018): Entre "cidadania" e "capital humano": a dialética da modernidade educacional, *In*: Zuin, A. A. S.; Costa, B. C. G. da; Gomes, L. R.; Lastória, L. A. N. (Org.): **Teoria Crítica, Formação Cultural e Educação** - Homenagem a Bruno Pucci. Piracicaba: Editora Unimep, pp. 341-362.

ZAMORA, J. A. (2022): Neoliberalismo, nacional-populismo e A personalidade autoritária. Garcia Alves Júnior, D. (org.): **A personalidade autoritária: ontem e hoje**, São Paulo: Cult, pp. 45-57.

organizador  
Alberto da Silva Moreira

# Religião e Fascismo

DESENVOLVIMENTOS  
RECENTES



• São Paulo • 2025 •



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R382

Religião e Fascismo: Desenvolvimentos recentes /  
Organização Alberto da Silva Moreira. – São Paulo:  
Pimenta Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-301-1

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-301-1

1. Religião. 2. Fascismo. 3. Autoritarismo. 4. Bolsonarismo.  
5. Igrejas neopentecostais. I. Moreira, Alberto da Silva (Org.).  
II. Título.

CDD 261.32194

Índice para catálogo sistemático:

I. Religião - Igrejas

II. Facismo

Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/0

# SUMÁRIO

**Religião e fascismo - apresentação..... 9**

CAPÍTULO 1

*Vincenzo Pace*

**A saudação romana e o sinal da cruz:**

o compromisso histórico entre o fascismo e a igreja católica na Itália .....13

CAPÍTULO 2

*Michael Ramminger*

**Fascismo e religião na Alemanha:**

de Hitler até o presente.....28

CAPÍTULO 3

*Alberto da Silva Moreira*

**Pontos de contato entre religião e fascismo:**

uma análise da propaganda de líderes religiosos nas eleições de 2018 .....52

CAPÍTULO 4

*Eduardo Gusmão de Quadros*

**O fantasma fascista .....75**

CAPÍTULO 5

*José Antonio Zamora*

**Mobilização autoritária, posfascismo e religião .....94**

CAPÍTULO 6

*Helton Thyers Melo Oliveira*

**Neopentecostalismo e fanatismo bolsonarista:**

confluência para a produção de dissonância cognitiva ..... 119

**Sobre os autores ..... 134**

**Índice remissivo..... 135**